

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: Desafios e Dilemas Num Contexto Pós – Pandêmico

MARIA EMÍLIA DE ANDRADE SANTOS BOTELHO

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

GABRIELA CANGUSSU DE SOUZA MORAES

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

ANA LÚCIA MOREIRA DOS SANTOS

Universidade estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Resumo

O artigo trata de uma discussão reflexiva sobre o impacto da pandemia da COVID-19 no sistema educacional global e o papel das políticas públicas na reconstrução pós-pandemia. Propõe analisar os dilemas das políticas públicas na educação pós-pandemia e compreender como essas políticas influenciam a reconstrução e reestruturação do sistema educacional. Para embasar essa discussão, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando autores como Baumam (2001); Xavier (1994); Souza (2006) e Bordieu (1968). A crise sanitária causou uma significativa interrupção nas atividades educacionais em todo o mundo, levando os governos a desenvolverem políticas públicas emergenciais para lidar com os desafios decorrentes dessa situação inédita. O texto destaca a importância da escola como espaço de integração social e responsável pela educação formal dos cidadãos, ressaltando a responsabilidade do Estado em garantir a estrutura e a qualidade do ensino. O distanciamento social resultou na adoção de estratégias de ensino remoto, o que impôs consequências objetivas e subjetivas na vida de alunos, professores e familiares, exacerbando desigualdades educacionais pré-existentes. A transformação do ensino remoto e suas implicações no emprego dos professores e na lógica do sistema educacional são discutidas, enfatizando a necessidade de compreender as dinâmicas sociais, econômicas e políticas para defender a educação pública e suas políticas.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Qualidade da Educação; Ensino Remoto.

Abstract

The article deals with a reflective discussion about the impact of the COVID-19 pandemic on the global educational system and the role of public policies in post-pandemic reconstruction. It proposes to analyze the dilemmas of public policies in post-pandemic education and understand how these policies influence the reconstruction and restructuring of the educational system. To support this discussion, a bibliographical research was carried out, using authors such as Baumam (2001); Xavier (1994); Souza (2006) and Bordieu (1968). The health crisis has caused a significant interruption in educational activities around the world, leading governments to develop emergency public policies to deal with the challenges arising from this unprecedented situation. The text highlights the importance of schools as a space for social integration and responsible for the formal education of citizens, highlighting the State's responsibility in guaranteeing the structure and quality of education. Social distancing resulted in the adoption of remote teaching strategies, which imposed objective and subjective consequences on the lives of students, teachers and families, exacerbating pre-existing educational inequalities. The transformation of remote teaching and its implications

for teacher employment and the logic of the educational system are discussed, emphasizing the need to understand social, economic and political dynamics to defend public education and its policies.

Keywords: Public Policies; Quality of Education; Remote Teaching.

INTRODUÇÃO

O início da crise sanitária global causada pela pandemia da COVID-19 afetou significativamente o sistema educativo em todo o mundo e as políticas públicas foram desenvolvidas em razão de problemas e questões que não estavam anteriormente na agenda de tomada de decisões dos gestores e demais setores escolares (Fonseca, 2020).

O espaço de integração social como a escola demonstra um papel na sociedade que é de responsabilizar-se pela educação formal dos cidadãos, se posicionando como um dos agentes em condições de contribuir para a transformação destas, sendo dever do Estado garantir a estrutura e a qualidade de ensino nas escolas.

Segundo Orso (2020), o distanciamento social, uma das principais medidas tomadas pelos governos de todo o mundo, trouxe realidades inesperadas ao setor educacional. Inicialmente, no Brasil, as atividades foram paralisadas por meio de diversos tipos de tomada de decisão da administração política, como concessão de dias de férias, feriados ou simplesmente a suspensão temporária da frequência escolar. Na segunda fase, os sistemas de ensino público e privado utilizaram estratégias de ensino-aprendizagem por meio do ensino remoto (Encontros *online*) mediadas por tecnologias digitais para dar continuidade ao período letivo nas escolas. Esse cenário impôs uma série de consequências objetivas e subjetivas na vida de alunos, professores e seus familiares. As situações de risco e as vulnerabilidades sociais agravaram-se, o trabalho educativo mais intensivo tornou-se visível e as desigualdades educativas que já estavam presentes no cenário anterior à pandemia aprofundaram-se.

O potencial do Ensino Remoto não pode mais ser ignorado. Transformou a educação de “cabeça para baixo”. Segundo Península (2020), em primeiro lugar, o efeito de poupança de mão-de-obra resultante da utilização de ações isoladas realça a tendência de instabilidade no emprego dos professores que, nesta altura, já tinha começado. Entretanto, a lógica de funcionamento do sistema educativo tende a mudar e, na situação atual, cresce o desejo dos empreendedores educativos por mais lucros e mais negócios. Nesse viés, hodiernamente, entender o que está acontecendo no âmbito social e educacional é essencial para defender a educação pública e as políticas públicas que garantem o direito à educação.

Sabemos que, as políticas públicas desempenham um papel crucial na configuração e na melhoria dos sistemas educacionais, refletindo não só valores sociais, como também aspirações de desenvolvimento e equidade.

Entretanto, a pandemia causou mudanças significativas nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas; a exemplo da dinâmica da vida cotidiana, o ensino remoto, mudanças de padrões de consumo, trabalho à distância; Além disso, destacou lacunas e vulnerabilidades nas políticas públicas existentes. Analisar estas perspectivas pode fornecer *insights* sobre o que funcionou, o que falhou e o que/como melhorar para futuras crises ou desafios. Permitindo entender como essas mudanças impactam as necessidades da sociedade e como as políticas públicas devem se adaptar para atender a essas novas demandas.

Partindo deste pressuposto, surgiu o seguinte questionamento: Como as políticas públicas educacionais influenciam/influenciaram para a reconstrução e reestruturação do sistema educacional no período pós-pandemia?

Assim, este trabalho objetivou a analisar os dilemas das políticas públicas na educação pós-pandemia da COVID-19, considerando os desafios enfrentados pelo sistema educacional.

Com intuito de aprofundar a discussão neste tema, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, por meio dos autores, Bauman (2001); Xavier(1994); Souza (2006) e Bourdieu (1968).

Assim são destacados neste trabalho: a) os desafios enfrentados na implementação das políticas e estratégias para garantir a continuidade e qualidade do ensino para todos os alunos no período pós-pandemia; b) as oportunidades existentes nas políticas educacionais pós-pandemia e nas estratégias implementadas para promover a inclusão e o sucesso de todos os alunos; c) as melhores práticas adotadas para reconstrução e reestruturação do sistema educacional pós-pandemia, visando assegurar a equidade e evitar que qualquer aluno seja deixado para trás.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O dilema das políticas públicas educacionais

O homem enquanto ser social e gregário, necessita da política para manter-se cotidianamente e realizar tarefas diárias, conversas, discussão, diálogo para defender os seus interesses e desenvolver o que necessita no espaço social em que convive (Borges, Araújo e Pereira, 2013). Nesse viés, de acordo com os fundamentos político-pedagógicos de Paulo

Freire (1967), a prática educativa não pode ser neutra, pois sempre está inserida em um contexto político e social, influenciando e sendo influenciada por ele. Portanto, fazer educação também é fazer política, no sentido de que trata de um ato de intervenção no mundo, de transformação da realidade em que vivemos. A educação é vista como um instrumento de emancipação e libertação, que possibilita aos indivíduos a reflexão crítica sobre sua realidade e a busca por mudanças sociais.

A política educacional deve voltar-se para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, garantindo o acesso de todos à educação de qualidade, pautada pela participação democrática, pelo diálogo e pela construção coletiva de propostas, que respeitem a diversidade e promovam a inserção. Não ser vista como algo isolado ou desvinculado da política, mas como uma prática política por excelência, que tem o poder de transformar vidas e realidades.

A política referida é a que inclui a educação e dá sentido e significado, conjecturando a como um direito humano, com garantia e acesso igualitário a uma educação de qualidade para todos os cidadãos. Isso envolve a formulação de políticas educacionais que levem em conta as necessidades e realidades específicas de cada comunidade, promovendo a inclusão e a diversidade.

Além disso, a política inserida na educação implica em estratégias de financiamento e investimento adequadas, que garantam recursos suficientes para a melhoria da infraestrutura escolar, formação de professores, desenvolvimento de programas pedagógicos inovadores, entre outros aspectos. Significa garantir a participação ativa da comunidade, incluindo professores, estudantes, pais e gestores escolares, na tomada de decisões e na elaboração de propostas que atendam às necessidades e demandas de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Com a educação pautada nas políticas públicas é possível construir uma sociedade mais justa e igualitária por meio do acesso ao ensino de qualidade disseminado a todos.

A etimologia da expressão “políticas públicas deriva do grego “*politikê*”, relacionado a “polis”, que significa cidade-estado ou comunidade política. “*Publicus*” vem do latim, que significa “do povo” ou “relativo ao povo” utilizado para descrever algo que pertencia ou diz respeito ao interesse coletivo. Deste modo, quando combinadas, “políticas públicas” refere-se as ações, decisões e medidas adotadas pelos governos ou autoridades públicas em prol do interesse comum da sociedade visando atender as necessidades coletivas, promover o bem-estar social e regular determinados aspectos da vida em sociedade.

Existem diversas abordagens e concepções sobre políticas públicas, porém é possível identificar seus aspectos fundamentais: A política pública serve para discernir entre as intenções governamentais e suas efetivas realizações; Ela engloba uma variedade de agentes e níveis decisórios, embora seja executada principalmente pelo governo, não se limitando apenas aos participantes formais, pois os informais também desempenham um papel significativo; É de natureza abrangente e vai além de simples leis e regulamentos; Consiste em uma ação intencional com metas definidas a serem atingidas; Apesar de seus efeitos imediatos, a política pública é orientada para resultados de longo prazo. Envolve processos subsequentes à sua formulação e proposta, como implementação, execução e avaliação (Souza, 2019, p.36).

Acerca disso, verifica-se em nossa sociedade, a crença de que as palavras política e representante político são sinônimos e que essa é conduzida por pessoas equivocadas que desejam transformações radicais e utópicas da sociedade (Borges, Araújo e Pereira, 2013; (Paes e Pipano, 2017). Nessa lógica, Freire (1967) salienta a necessidade de que política e educação não sejam dissociadas para que as crianças, jovens e adultos, não sejam vitimados por um processo educativo que acentue o preconceito, a violência, a intolerância, o individualismo, a desinformação e os alienem da necessidade de conhecer seus direitos e deveres e a participação ativa das decisões sociais. Entretanto, isso só será possível a partir de uma educação politizada e ações que contemplem as necessidades e interesses da coletividade.

Os estudos e a criação do componente curricular de política pública teve sua origem nos Estados Unidos, adotando uma abordagem distinta da tradição europeia. Enquanto na Europa os estudos se concentravam principalmente na análise do Estado e de suas instituições, nos EUA, a política pública emergiu sem uma base teórica prévia sobre o papel do Estado. Em vez disso, focou-se diretamente na investigação governamental, dando ênfase nos estudos sobre a ação dos governos, deixando as etapas preliminares seguidas pela tradição europeia (Souza, 2006)

Souza (2006) lembra que não existe uma única ou a melhor definição para o conceito de políticas públicas, bem como que a utilização do termo é relativamente recente. Desse modo, a autora define políticas públicas como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar esta ação (variável independente) e, quando necessário propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Nesse sentido, as políticas públicas devem ser construídas de forma participativa, considerando as demandas e os anseios de toda a comunidade educativa de modo que haja um diálogo constante entre os diferentes atores envolvidos na educação para que sejam implementadas medidas eficazes e que realmente promovam a transformação social e educacional que tanto almeja-se. As políticas públicas devem ser voltadas para garantir o acesso universal à educação, independente da modalidade de ensino.

As políticas públicas educacionais são essenciais para garantir o acesso de todos os indivíduos a uma educação de qualidade que promova a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento pessoal e social. Por isso, o reconhecimento da escola como um espaço social foi estudado por sociólogos e educadores como Durkheim (1956) e John Dewey (1916), os quais defendiam a relação fundamental entre a escola e a sociedade e a existência de numerosas formas de educação além da educação formal. Logo, a educação não acontece em um vácuo isolado da sociedade e das questões políticas e econômicas que a permeiam.

As ações afirmativas que buscam direitos fundamentais são amparadas primeiramente pela Constituição Federal de 1988, constituindo-se direito líquido e certo. A constituição de 1988 representa um marco para a construção de uma sociedade inclusiva, sendo reflexo dos movimentos sociais que lutam contra a opressão.

De acordo com Cunha e Pinheiro (2009), diversas áreas de políticas públicas, consagradas como direitos sociais na Constituição de 1988, incorporaram a participação social como uma de suas diretrizes. Exemplificam-se a saúde e a assistência social, sendo a primeira pioneira em experiências participativas desde o final dos anos 1970, como os conselhos populares de saúde e as comissões de saúde da Zona Leste (São Paulo), além das comissões interinstitucionais nos três níveis de governo previstas no Programa de Ações Integradas de Saúde, criado em 1984, e no Programa dos Sistemas Unificados Descentralizados de Saúde, de 1987.

Embora as políticas públicas estejam presentes no cotidiano das escolas públicas brasileiras, defini-las ou nomeá-las é complexo, para isso precisa compreender o contexto e compreender que todas as políticas públicas, inclusive as educacionais estão vinculadas a um Estado.

A Política Educacional é uma Ciência Política em sua aplicação ao caso concreto da educação, porém as políticas educacionais são múltiplas, diversas e alternativas. A Política Educacional é, portanto, a reflexão teórica sobre as políticas educacionais (...) se há de considerar a Política Educacional como uma aplicação da Ciência Política ao estudo do setor educacional e, por sua parte, as políticas educacionais como políticas públicas que se dirigem a resolver questões educacionais (Pedro; Puig, 1998, apud- Vieira 2011, p. 55-56).

As políticas públicas educacionais criadas pelo governo para melhorar a educação no país são realizadas a partir de leis que são votadas por membros do poder legislativo. Esses membros do governo propõem medidas que possam facilitar a vida educacional dos brasileiros. Apesar de essas políticas serem realizadas em regime de leis que possibilitam a melhoria da educação no país, é notória a desvalorização e a falta de compromisso com a educação. Esse problema é histórico e perpassa por inúmeros problemas que atinge a população mais necessitada, conforme Melo (1999, p.65):

Do ponto de vista de sua institucionalização, o campo de estudo de políticas públicas é bastante incipiente no Brasil, e sua genealogia intelectual (...) é relativamente curta. No Brasil observam-se aspectos comuns à trajetória europeia continental - no sentido de que as ciências sociais se distanciaram da gestão de governo e que a análise de políticas esteve associada a entidades governamentais -, e muitos trabalhos na área, sobretudo os que estão associados à avaliação de políticas, foram e continuam sendo realizados por instituições governamentais”.

Olhando para as definições correntes de políticas públicas e a ênfase na sociedade política ou no Estado (quase sempre referido como sinônimo de governo) nelas presentes, questiona-se a separação da sociedade civil em relação à sociedade política e propõe-se a ampliação das análises sobre políticas públicas a partir da noção de Estado integral.

De acordo com Gramsci (2000), a dominação de classe não apenas se manifesta por meio dos tradicionais aparatos do Estado, como Administração, Polícia, Burocracia, mas também, envolve um papel adaptativo e educativo, onde o Estado busca alinhar o aparelho produtivo com a moralidade das massas populares. Essa ideia ressoa com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

As políticas públicas educacionais se concretizam a partir da formação de um plano nacional para a educação que ganha forças com a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, a qual determina que a União deveria, dentro de um ano, a partir da promulgação, encaminhar ao Congresso Nacional o Plano Nacional da Educação, estabelecendo as diretrizes e metas da educação para os próximos dez anos (Lei 9.394/90).

-Xavier, Ribeiro e Noronha (1994) destacam que em períodos de crises políticas econômicas e sociais, o Estado busca adotar medidas para se aproximar e integrar as massas populares, aparentando uma “intenção” de reduzir as desigualdades e apoiar os desfavorecidos. Neste contexto, a Educação emerge como uma das estratégias destinadas a promover a “justiça social”.

Bourdieu (1966) critica a ideia de neutralidade e objetividade no campo educacional, argumentando que as estruturas educacionais, assim como outras instituições sociais, refletem

e reproduzem as desigualdades existentes na sociedade. Ele destaca como o sistema educacional é um campo de luta simbólica, no qual diferentes grupos sociais disputam o poder de impor suas visões de mundo e valores. Para Bourdieu, as desigualdades educacionais não são apenas resultado de diferenças individuais de habilidade ou esforço, mas são também influenciadas pelos recursos culturais, sociais e econômicos disponíveis para cada indivíduo. Ele introduz o conceito de capital cultural para descrever o conjunto de recursos culturais, como habilidades, conhecimentos e disposições, que são transmitidos de geração em geração e que podem influenciar o sucesso escolar e a mobilidade social.

A interligação entre Educação, Assistência Social, Cultura, Esporte e outras políticas públicas pode desempenhar um papel significativo na proteção social, na preservação de violações dos direitos de crianças e adolescentes, bem como, na promoção da melhoria do desempenho escolar e na manutenção de sua permanência na escola, especialmente em áreas mais vulneráveis (Brasil, 2009, p.25).

No ambiente escolar e cultural, é fundamental reservar espaço para a implementação das políticas públicas educacionais, adaptando-as à realidade específica de modo a promover vivências democráticas e valorizar as políticas locais. Assim, Gadotti (1998, p. 577) elucida a questão do projeto enquanto um instrumento político, dizendo que “não se levanta um projeto sem direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político”.

Elaborar um projeto pedagógico com a missão de revitalizar o propósito social da escola demanda uma reestruturação, tanto na sua gestão administrativa, quanto, na sua abordagem pedagógica. Isso envolve um compromisso com a equidade social, buscando reduzir as disparidades entre a situação inicial dos estudantes e o ideal almejado para uma sociedade justa e igualitária (Pereira, 2007, p.339).

A obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Brasileira, de Artes - que representa a educação e cultura são reflexos das conquistas feitas por movimentos sociais realizadas por determinados grupos sociais buscando através das leis estabelecidas políticas públicas para a educação. Estas conquistas hoje elencadas pelas leis trazem conhecimento e poder através da educação, os gestores devem se valer desses avanços reforçando a ideia de construção do conhecimento compartilhando do mesmo com os alunos.

A educação deve ser concebida como um fenômeno social, onde diferentes indivíduos, contextos, instituições e processos formativos interagem e se concretizam por meio de abordagens tanto sistemáticas quanto não sistemáticas. A educação, enquanto prática social e

cultural, encontra-se principalmente, mas não exclusivamente, nas instituições educativas, as quais são espaços de disseminação, criação e renovação cultural, bem como de avaliação do progresso educacional dos alunos e, portanto, garantidoras de direitos. É essencial considerar as necessidades da sociedade como critério para orientar o desenvolvimento das atividades educacionais (Brasil, 2014, p.64).

Para que a escola englobe suas políticas educacionais referentes ao espaço que trabalha é necessário construir o Projeto Político Pedagógico para que possa direcionar todos os aspectos referentes às necessidades que a instituição escolar precisa. Esse -Projeto Político Pedagógico - (PPP), também conhecido apenas como projeto pedagógico, é um documento que deve ser produzido por todas as escolas, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

[...] longe de ser uma questão marginal, a educação encontra-se no cerne das proposições do Banco Mundial, como um requisito para a inexorável globalização, cumprindo a importante função ideológica de operar as contradições advindas da exclusão estrutural dos países periféricos que se aprofunda de modo inédito. O Banco Mundial inscreve a educação nas políticas de alívio da pobreza como ideologia capaz de evitar a “explosão” dos países e das regiões periféricas e de prover o neoliberalismo de um porvir em que exista a possibilidade de algum tipo de inclusão social (“todo aquele que se qualificar poderá disputar, com chance, um emprego”), para isto, a coloca no topo de seu programa de tutela nas regiões periféricas. Leher (1998, p. 9).

A autonomia da instituição escolar por meio do Projeto Político Pedagógico e dos professores através do seu planejamento deve ser entendida como comprometimento em atender a diversidade cultural. De acordo com vários autores a questão da diversidade cultural influencia diretamente o rendimento dos alunos que pertencem a universos culturais diferentes, uma vez que estes são afetados pelo peso de estereótipos construídos pela sociedade, em contrapartida, alunos que não se enquadram nestes estereótipos não possuem as mesmas dificuldades escolares.

A “educação de qualidade” é aquela que contribui com a formação dos estudantes nos aspectos humanos, sociais, culturais, filosóficos, científicos, históricos, antropológicos, afetivos, econômicos, ambientais e políticos, para o desempenho de seu papel de cidadão no mundo, tornando-se, assim, uma qualidade referenciada no social. Nesse sentido, o ensino de qualidade está intimamente ligado à transformação da realidade na construção plena da cidadania e na garantia aos direitos humanos. (Brasil, 2014, p. 52)

A autonomia das escolas está fundamentada na teoria de Bauman (2001, p. 10), que propõe a concepção do sujeito ativo na sociedade, na educação e na cultura, transformando os alunos em sujeitos críticos:

Poderíamos dizer que na modernidade líquida o homem transita de seu estado de agente passivo para o agente ativo. A sociedade sólida mostrava-se, de certa forma, impregnada de certo totalitarismo na medida em que se mostrava rígida. Assim,

“derreter os sólidos significava, antes e acima de tudo, eliminar as obrigações ‘irrelevantes.

Entretanto, há que se ressaltar que as relações entre educação e cultura não constituem uma meta específica, não obstante constituírem artigos e diversas estratégias de diferentes metas, o que dificulta o acompanhamento objetivo da evolução das políticas relacionadas a tal inter-relacionamento. Essas mudanças são significativas para o âmbito da política educacional e cultural, pois se transformam em superação ou no fim do período moderno.

A educação é o caminho para se ter uma sociedade mais digna e justa, sendo uma das principais bases da sociedade. Sendo assim, a gestão educacional é um modelo educacional elaborado pelas instituições de ensino que ajuda na elaboração de projeto, na tomada de decisões, compartilha problemas transformando-os em soluções com a ajuda de todos da instituição.

Ao fazer política, ao fazer educação, é importante considerar as diferentes realidades e necessidades das comunidades e indivíduos envolvidos no processo educativo. Isso significa pensar em formas de promover a participação ativa dos estudantes, professores, pais e demais atores envolvidos na construção de práticas educativas inclusivas e significativas. Além disso, é preciso estar atento às desigualdades sociais e econômicas que impactam diretamente a qualidade da educação oferecida, buscando formas de superar essas barreiras e garantir o acesso de todos a uma educação de qualidade.

913

Ademais, é preciso repensar a educação, as políticas públicas de forma mais ampla e abrangente, levando em consideração as novas realidades e desafios que surgiram a partir da pandemia da COVID-19, o que traz para as reflexões referente a cultura construída a partir de experiências das comunidades. Somente assim, poderemos garantir uma educação de qualidade para todos e construir um futuro mais justo e igualitário para a nossa sociedade.

Desafios na educação pós - pandemia

Claramente, o Brasil tem diversidade cultural e social, valores e ações. É assim que pensamos os ambientes escolares e como essa diversidade afeta as realidades educacionais, por exemplo, a educação pública, exigindo reflexão sobre o período pandêmico na educação e as políticas públicas de educação decorrentes. Atualmente, além dos problemas já mencionados, existem fatores que agravam a situação, uma vez que o surto do vírus SARSCoV-2 causou grandes problemas para o ensino no Brasil (Santos, 2020).

a) os desafios enfrentados na implementação das políticas e estratégias para garantir a continuidade e qualidade do ensino para todos os alunos no período pós-pandemia; b) as oportunidades existentes nas políticas educacionais pós-pandemia e nas estratégias implementadas para promover a inclusão e o sucesso de todos os alunos; c) as melhores práticas adotadas para reconstrução e reestruturação do sistema educacional pós-pandemia, visando assegurar a equidade e evitar que qualquer aluno seja deixado para trás.

Diante desse cenário, foi imprescindível haver um equilíbrio entre a necessidade de retomada das atividades escolares e a garantia da segurança e saúde de todos os envolvidos. O poder público, juntamente com as instituições de ensino, precisaram estar atentos às condições locais e seguirem as orientações dos órgãos de saúde para evitar uma propagação ainda maior do vírus na pandemia.

Tornou-se necessário garantir que as escolas estivessem com a estrutura adequada para a implementação das medidas de prevenção, como a disponibilidade de materiais de higiene, salas arejadas e acompanhamento de possíveis casos de contaminação. A comunidade escolar também precisou estar preparada para lidar com essa nova realidade, respeitando as orientações e contribuindo para a segurança de todos.

Sendo fundamental que qualquer decisão de retorno às aulas presenciais estivesse pautada na responsabilidade e no cuidado com a vida. Foi preciso considerar não apenas a questão pedagógica, mas também a saúde e o bem-estar de alunos, professores e funcionários das escolas. A segurança de todos deve estar em primeiro lugar, mesmo que isso signifique adiar o retorno às aulas presenciais em algumas regiões do país.

No contexto do isolamento a política de acesso à educação foi pautada na importância de as escolas serem inclusivas para todos, pois muitas não ofereceram apoio para que alunos e professores tivessem acesso à sala de aula todos os dias. Foi implementada uma estratégia para garantir uma boa acessibilidade para todas as necessidades (Saviani, 2020).

No entanto, mesmo com as limitações, o ensino remoto ressaltou o uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - (TDIC's), as quais foram essenciais para que acontecesse o isolamento social. Por isso, as políticas públicas são relevantes para que oportunizem que as disparidades sociais sejam minimizadas ou até mesmo sanadas dentro da perspectiva das desigualdades na sociedade brasileira (Santos, 2020).

Segundo Saviani (2020), o contexto pandêmico trouxe à tona diversas problemáticas anteriormente camufladas na sociedade. Esse impacto é ainda mais significativo na realidade brasileira, que já enfrenta diversos desafios educacionais, especialmente nas escolas públicas.

Estas, muitas vezes, carecem de infraestrutura adequada e oferecem um ensino de qualidade insuficiente, entre outros fatores. Durante e, sobretudo, após a pandemia, essas dificuldades foram agravadas, afetando diretamente os menos favorecidos.

De acordo Soares (2020), a realidade social mudou em meio à pandemia, especialmente no campo da educação, para atender às necessidades de uma nova sociedade. Isto levou a interrupções nas aulas, isolamento social e medidas de higiene, que levaram a novos comportamentos. Professores e alunos tiveram que se adaptar rapidamente a novas formas de aprendizagem e os professores têm um papel fundamental no enfrentamento da mudança.

A Política Nacional de Educação, como em outras questões sociais, deve centrar-se em todos os direitos das pessoas, à medida que ocorrem mudanças subitamente necessárias e urgentes, colocando as escolas mais uma vez sob pressão sobre elas próprias e sobre a população (Saviani, 2020).

-Nas políticas públicas, sabe-se que estas desempenham um papel importante considerando a realidade do ensino no período pós-pandemia, e no contexto da educação, devendo ter resultados positivos mesmo em situações de emergência, devendo atender às necessidades de todas as pessoas, respeitando simultaneamente os direitos fundamentais, como o acesso a uma educação de qualidade.

No cenário pós-pandemia, no âmbito da educação, ampliou o uso das tecnologias, onde grande parcela da sociedade passou a obter aparelhos tecnológicos, utilização no mercado eletrônico, foram implantadas Tecnologias Digitais da Informação (TDIC) mais amplas, as quais favoreceram a comunicação, a transmissão de conhecimento e a elaboração de possibilidades em uma crescente, para capacitações em tecnologia, com o objetivo de favorecer o ensino e a aplicação das políticas públicas.

Visto que, Ferraz, Ferreira, Ferraz (2021) corrobora com a afirmação e mesmo tendo uma expansão do uso das tecnologias por uma significativa parcela da sociedade, esse avanço não se constitui parâmetro para afirmar que as instituições de ensino e seus profissionais apresentam familiaridade e domínio dos meios tecnológicos para mediar propostas pedagógicas no contexto cibernético. Desse modo, o ensino remoto como possibilidade de retorno às atividades escolares, se instalou, assustando membros da comunidade escolar. O professor, como um deles, teve que aprender a lidar com as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), de modo, inclusive, involuntário. (p.325)

É necessário repensar as relações, como criar estratégias de ensino/aprendizagem, como avaliar o processo de aprendizagem, pensar em estratégias de avaliação mais flexíveis e que possam ser realizadas de forma remota. O período pós pandemia, retorno das atividades presenciais demandou uma maior autonomia do aluno, dos professores, coordenadores, equipe pedagógica, que precisou ser estimulado a buscar informações, a interagir com os conteúdos de forma ativa e a desenvolver habilidades digital.

O ensino não presencial não é uma simples transposição do presencial para o virtual, a avaliação não pode ser apenas um momento de verificação de conhecimentos, mas sim uma oportunidade de acompanhamento do processo de aprendizagem, de retroalimentação e de estímulo ao desenvolvimento contínuo, processo de reflexão, adaptação e criatividade dos educadores. A construção de um ambiente virtual de aprendizagem eficiente e significativo e requer tempo, planejamento e dedicação, pode trazer novas possibilidades e oportunidades de aprendizagem

Considerações Finais

O objetivo da política nacional de educação é garantir e melhorar o direito à educação e a qualidade desta educação. Para tanto, foram criadas promoções e programas para garantir financiamento e avaliação de pesquisas no Brasil. No entanto, através do ensino remoto enfrentamos grandes desafios. Neste contexto, as disparidades sociais e as suas consequências na educação baseada em “novos” métodos de ensino tornam-se visíveis no período pós pandêmico, principalmente na defasagem e evasão escolar que ocorreu após o período da pandemia.

Ao longo deste trabalho, refletiu-se sobre a relação entre teorias políticas e educação, destacando-se a presença do Estado na definição de políticas públicas, dentre as quais a educação. Nessa reflexão, percebe-se que o Estado está presente de forma muito intensa e próxima na vida de cada cidadão.

A educação brasileira ainda precisa melhorar para conseguir uma educação pública de qualidade para todos, ela se encontra longe de seu objetivo, mas a sociedade deve buscar seus. -O único e exclusivo caminho que possibilitará as melhores condições socioeconômicas de uma nação é a educação. A implementação de políticas e estratégias para garantir a continuidade e qualidade do ensino para todos os alunos no período pós-pandemia enfrenta diversos desafios, tais como a falta de acesso a recursos tecnológicos e à internet,

desigualdades socioeconômicas que impactam a aprendizagem, dificuldades na adaptação dos professores ao ensino e a adequação de atividades antes remotas desenvolvidas e hoje adaptadas e desenvolvidas de forma a implementar as habilidades dos alunos. É fundamental pensar em soluções que possam superar esses obstáculos e garantir que nenhum aluno seja deixado para trás.

As políticas educacionais pós-pandemia e as estratégias implementadas podem trazer oportunidades para promover a inclusão e o sucesso de todos os alunos. A adoção de práticas pedagógicas mais flexíveis e personalizadas, o investimento em formação continuada para os professores, a ampliação do acesso a recursos tecnológicos e à internet, a promoção da diversidade e da cultura inclusiva na escola, entre outras medidas, podem contribuir para a promoção da equidade e melhoria da qualidade do ensino.

Reconstruir e reestruturar o sistema educacional pós-pandemia, é importante adotar as melhores práticas, como a realização de diagnósticos educacionais para identificar as necessidades dos alunos, a elaboração de planos de recuperação e apoio individualizado, o incentivo à participação das famílias no processo educativo, a valorização da diversidade e da inclusão, o fortalecimento da formação docente e a ampliação do acesso à educação de qualidade para todos. Priorizar a equidade e a garantia de que nenhum aluno seja deixado para trás deve ser o foco principal das ações de reconstrução do sistema educacional pós-pandemia.

A avaliação constante da qualidade do ensino é fundamental para identificar pontos de melhoria e promover mudanças que possam contribuir para a formação de cidadãos mais críticos, criativos e preparados para os desafios do mundo contemporâneo. Nesse sentido, é importante que as políticas públicas sejam baseadas em evidências e dados concretos, para que sejam eficazes e direcionadas para as necessidades reais da educação no país.

As políticas públicas têm o intuito de manter o bem comum de todos os cidadãos da sociedade, pois através de políticas educacionais o país tem a possibilidade de crescer como espaço de convívio social. As estratégias direcionadas a essas políticas são, portanto, importantes para garantir a construção social dos sujeitos e a acessibilidade e qualidade da educação.

Referências

BAUMAN, Zygmunt **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (2000/2001).

BOURDIEU, Pierre. “**Campo intelectual e projeto criador**”. In: POUILLON, Jean (Org.), Problemas do estruturalismo, Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BRASIL, Ministério da Educação e Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN**. Lei nº 9.394/96.

ETYMONLINE.COM. Online Etymology Dictionary. [Online]. Disponível em: <https://www.etymonline.com/>. Acesso em: 15 abril 2024.

LOPES, Enildo Batista; GHEDIN, Evandro; MASCARENHAS, Suely A. do N. Desafios na formação de professores na Amazônia brasileira na perspectiva da etnomatemática. **RECH – Revista Ensino de Ciências e Humanidades**, v. 5, n. 2, 2019.

FONSECA, André Dione; SILVA, Silvio Lucas Alves da. O Neoliberalismo em GADOTTI, Moacir. **Projeto Político Pedagógico da Escola Cidadã**. In: BRASIL. MEC. SEED, 1998, Brasília - DF. Salto para o Futuro: Construindo a Escola Cidadã, projeto político pedagógico. Secretaria de Educação a Distância. Brasília, 1994.
LOPES, Enildo Batista; GHEDIN, Evandro; MASCARENHAS, Suely A. do N.

MAINARDES, J.; FERREIRA, M. S.; TELLO, C. **Análise de políticas**: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINARDES, J.; TELLO, C. **A pesquisa no campo da política educacional**: explorando diferentes níveis de abordagem e abstração. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*. jul. 2016.

918

ORSO, Paulino José. O novo coronavírus, a pedagogia histórico-crítica, a sociedade de classes e o internacionalismo proletário. **Revista Exitus**, v. 10, 2020, p. 01-54.

PADILHA, Roberto Padilha. **Planejamento Dialógico**: Como construir o projeto políticopedagógico da escola, 5. Ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2005 – (Guia da escola cidadã; v. 7)

PENÍNSULA. **Relatório – Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do coronavírus no Brasil**. São Paulo, 2020.

PEREIRA, Sueli Menezes. **Políticas Educacionais no Contexto do Estado Neoliberal**: a descentralização e poder em questão. *Políticas Educativas*, Campinas, v.1, n.1, p. 16-28, out. 2007 - ISSN (em curso).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, P. S. M. B. dos. **Guia prático da política educacional no Brasil**: ações, planos, programas e impactos. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavirus e educação – o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, v. 10, 2020, p. 1-25.

SOARES, Lucas de Vasconcelos; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. Avaliação educacional ou política de resultados? **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 5, n. 15, set./dez. 2020a, p. 1-24.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa**, Caderno CRH 39: 11-24. 2006.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº16, jul/dez 2006, p. 20-45.

STREMEL, S. **A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil**. 2016. 312 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

STREMEL, S. Aspectos teórico-metodológicos para a análise da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 2, n. 1, p. 1 – 19, janeiro/jun. 2017.

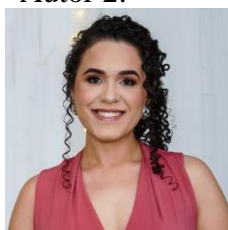
Tempos de Pandemia: o Governo Bolsonaro no contexto de crise da Covid-19.
XAVIER, RIBEIRO, NORONHA. **História da Educação: a escola no Brasil**. São Paulo, SP: FTD. 1994.

Autor 1:



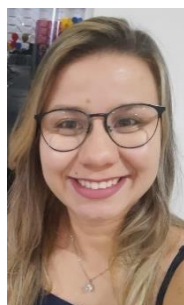
Maria Emília de Andrade Santos Botelho
Bacharel e licenciada em Psicologia. Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Integrante do Centro de Pesquisa e Estudos Pedagógicos (UESB)
E-mail: mariaemiliaandrade29@gmail.com
mariaemiliabotelho@hotmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1825620331067886>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-9992-913X>

Autor 2:



Gabriela Cangussu de Souza Moraes
Bacharel e licenciada em Psicologia. Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Integrante do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Psicologia da Uesb (NUPEP), Linha 1: Desenvolvimento Humano, Educação e Saúde e do Centro de Pesquisas e Estudos Pedagógicos (CEPEP).
E-mail: cangussugab@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5745972139489845>
Orcid: <https://miliaorcid.org/0000-0002-5767-4343>

Autor 3:



Ana Lúcia Moreira dos Santos
Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Especialista em Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
E-mail: anna.lucia1704@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2505145738709260>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9712-3960>